

Jogo bruto

Rogério L. Furquim Werneck*

A batalha da CPMF chega afinal à fase decisiva. O saldo parcial parece claramente positivo. Por mais que tentasse, o governo não conseguiu evitar que o debate convergisse para o que verdadeiramente importa. Não teve como impedir que o foco da discussão se concentrasse na expansão desenfreada de gasto público, propiciada por uma elevação de carga tributária que não parece ter fim. É inegável que o debate vem dando à opinião pública e ao Congresso percepção mais nítida do problemático regime fiscal que hoje se tem no País.

O governo se vê agora com pouco mais de três semanas para conseguir aprovar no Senado, em dois turnos, a controvertida emenda da CPMF. Sabe que não vai ser fácil. Que não seria, o próprio líder do governo no Senado já havia alertado no início de setembro: “vai ser preciso administrar muita gente e torcer para que os deuses do plenário conspirarem a favor”. Passados três meses, tanto o desafio de “administrar gente” quanto a conspiração de divindades legislativas com que contava o governo se afiguram bem mais difíceis do que já eram.

A fase dos argumentos desonestos parece estar chegando ao fim. O governo já não contesta com o mesmo empenho que esteja havendo aumento da carga tributária. Já não faz tanto esforço para convencer a opinião pública de que qualquer perda de receita da CPMF afetará exatamente os programas de dispêndio público mais meritórios. E já não defende com o mesmo denodo que é sobre os ricos que a CPMF recai. Não há mais tempo para isso. O jogo agora é outro. E, num primeiro momento, promete ser mais bruto.

O governo já não descarta a possibilidade de não conseguir aprovar a emenda ainda este ano. Mas também já não tenta vender a idéia de que isso lhe custaria súbita e desastrosa perda de R\$ 40 bilhões de receita. Na verdade ainda lhe restaria a possibilidade de tentar aprovar em 2008 uma emenda que recriasse a CPMF. Mas, neste caso, teria de aguardar o fim do recesso parlamentar e respeitar o interregno legal de 90 dias, entre a aprovação e a cobrança da nova CPMF. O que implicaria perda de receita da ordem de pelo menos R\$ 15 bilhões, se a alíquota da nova contribuição não fosse reduzida. Mas nada garante que a aprovação da CPMF em 2008 vá ser fácil. A resistência pode até aumentar, à medida que os dados da arrecadação federal e de expansão de gastos primários da União sejam publicados ao longo dos próximos meses.

Ao atribuir probabilidade mais alta a ter de arcar com os custos de deixar a decisão sobre a CPMF para 2008, o governo tende a ficar mais propenso a tentar viabilizar a

aprovação da prorrogação ainda este ano, aceitando uma redução rápida da alíquota da contribuição ao longo dos próximos anos. Bem mais rápida, claro, do que a prevista no acordo feito há poucas semanas na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Mas tudo indica que, antes de tentar articular um acordo desse tipo, o governo vai apelar para jogo mais bruto, com simulacro de sala de guerra e tudo, numa última tentativa de romper as resistências da oposição à renovação da CPMF nas bases atuais.

Para ampliar a coalizão dos que seriam supostamente prejudicados pela perda de receita da CPMF, o governo brande aumentos de imposto de renda e da tributação do lucro dos bancos e ameaça sustar a tramitação de reajuste salarial de funcionários públicos e suspender desonerações fiscais que prometera distribuir com rótulo de política industrial. Mostra-se também pronto a explorar todo tipo de contorcionismo com Lei de Responsabilidade Fiscal, para estimular o furor colaboracionista de governadores da oposição. E monta no Planalto um verdadeiro mercado persa, para atendimento personalizado das demandas de senadores mais renitentes.

A jogada mais espantosa, contudo, foi o anúncio, em tom de ameaça, de que o governo estaria até mesmo propenso a sustar a tramitação do orçamento da União, à espera do desfecho da batalha da CPMF. O que é motivo de espanto é que só agora o governo se tenha dignado a mencionar esse pequeno detalhe. O natural seria que o orçamento jamais tivesse considerado como fonte de receita a arrecadação de um tributo cuja cobrança depende da aprovação de emenda constitucional.

A dúvida é se o governo terá tempo para mudar de estratégia, ainda em 2007, se esse jogo mais bruto não tiver o resultado esperado.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.